

OIT, 100 ANOS DEPOIS (CEDH 2019)

LIVRO DE RESUMOS DA I CONFERÊNCIA EUROAMERICANA
PARA O DESENVOLVIMENTO DOS DIREITOS HUMANOS



EDIÇÃO
MARCO RIBEIRO HENRIQUES & DANIELA SERRA CASTILHOS

Comissão Organizadora da CEDH2019:

Marco Ribeiro Henriques

Daniela Serra Castilhos
Isabelle Rocha Valenca Figueiredo
André Paulino Piton
Vanessa Simon Cavalcanti
Fábio Veiga

Comissão Científica da CEDH2019:

Anabela Brízido
Ana Costa Almeida
Ana Lambelho
Ana Roseira
Andrea Sousa
André Paulino Piton
António Dores
Carlos Silva
Carmen Hein de Campos
Catarina Frois
Clara Guimarães Santiago
Cristiane de Souza Reis
Daniela Serra Castilhos
Emellin de Oliveira
Fábio Veiga
Fátima Ney Matos
Fernando Horta Tavares
Ilda Massano
Isa António

Isabel Baltazar
Isabelle Rocha Valenca Figueiredo
Joana Almeida
João Proença Xavier
João Zenha Martins
Maria Creusa de Araújo Borges
Maria João Escudeiro
Marisa Dinis
Octahydes Ballan Junior
Paula Almeida
Rita Almeida
Rogério Mota
Rúben Miranda
Sidney Guerra
Sílvia Gomes
Susana Almeida
Vanessa Simon Vacalcanti
Vera Duarte
Zamira Assis

Título:
“O.I.T., 100 anos depois” - Livro de Resumos da I Conferência Euroamericana para o Desenvolvimento dos Direitos Humanos (CEDH2019)

Organização:
Law & Social, LAB.

Editor e Editora:
Marco Ribeiro Henriques
Daniela Serra Castilhos

Capa:
Diana Antunes

Edição, paginação e design gráfico
© JUSXXI, Edições.

1.ª edição, maio de 2020
Suporte: Digital

ISBN: 978-989-33-0509-6

© JUSXXI
Av. Elísio de Moura, n.º 59, 7.º direito
3030-183 Coimbra

E-mail: info@jusxxi.com

Reservados todos os direitos. A utilização é livre desde que não tenha finalidade comercial e os créditos autorais e editoriais sejam atribuídos de modo visível e inequívoco.

ISBN: 978-989-33-0509-6



Por favor, considere que os resumos publicados nesta edição correspondem à versão original submetida pelos autores e autoras.

Please take in consideration that the articles language published in this issue correspond to the original version submitted by the authors.

Para citar conteúdos deste e-book, usar a seguinte formulação:
Autor/a, “Título do resumo”, in O.I.T., 100 anos depois” - Livro de Resumos da I Conferência Euroamericana para o Desenvolvimento dos Direitos Humanos (CEDH2019), Coimbra: JUSXXI, pp. Números de páginas

Please use the following format to cite material from this book:
Author/s, “Title of abstract”, in 100 anos depois” - Livro de Resumos da I Conferência Euroamericana para o Desenvolvimento dos Direitos Humanos (CEDH2019), Coimbra: JUSXXI, pp. pp. page numbers.

Organização:



Parceiros da CEDH2019



2019S11M1264

Fabiana Neiva Almeida Lino | UCSAL

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti | UCSAL

Corrida contra o tempo: um estudo sobre desaparecimento de crianças e os mecanismos de alerta e segurança

Integrado ao Núcleo de Estudos sobre Direitos Humanos (NEDH/UCSAL), o artigo é resultado de projeto desenvolvido com o objetivo de tratar das questões envolvendo o desaparecimento de crianças: contextos familiares e institucionais para a promoção de Direitos Humanos. A partir disso, várias foram as alterações nos institutos, especialmente para assegurar a promoção dos Direitos Humanos. Dessa forma, na atualidade, os temas de direito de Direitos Humanos têm sido presentes em decisões inovadoras no âmbito do Judiciário brasileiro, reexaminando conceitos, afastando dogmas que não mais se coadunam com a realidade social. O instituto dos Direitos Humanos sendo uma solução do Estado Democrático enquanto garantidor da tutela jurisdicional, em que os indivíduos, tem a liberdade para constituir e desconstituir suas famílias. Nesse contexto, faz-se necessário um estudo apurado dos institutos envolvendo desaparecidos desde a época da Ditadura até a atualidade e seu contexto familiar e institucional. Entretanto os desaparecimentos de crianças significam perfilar no plano jurídico, fato recorrente no plano social, não podendo o direito se abster de regular tais situações. Sendo necessário ações de apoio, ações preventivas na garantia dos Direitos Humanos das crianças.

Palavra-chave: Desaparecimento; políticas públicas; família; violência; Direitos Humanos.

2019S06M1265

Marina Henriques | CES-UC

Teresa Maneca Lima | CES-UC

João Paulo Dias | CES-UC

As condições de trabalho dos atores judiciais em Portugal: uma perspetiva sociojurídica

Discutir as condições de trabalho na sequência do contexto de crise económico-financeira recente assume uma relevância crescente, com os desafios colocados na flexibilização das relações laborais e na precarização dos direitos fundamentais no trabalho. A este propósito, salienta-se o contributo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para a melhoria das condições de trabalho através de convenções e recomendações e do controlo sobre a aplicação daquela normatividade nos países membros. O centenário da OIT constitui, pois, uma oportunidade para refletir acerca das condições de trabalho dos atores judiciais em Portugal, uma problemática que está no cerne do projeto “QUALIS - Qualidade da Justiça em Portugal Impacto das condições de trabalho no desempenho profissional de juizes e magistrados do Ministério Público” (financiado pela FCT).

O tempo de trabalho e, em particular, as implicações do trabalho extraordinário na conciliação entre a vida profissional e pessoal e familiar constitui preocupação central da OIT desde 1919, com a adoção da Convenção Internacional do Trabalho n.º 1 sobre a Duração do Trabalho. Desde então, a OIT tem chamado a atenção para as desigualdades sociolaborais relacionadas com o tempo de trabalho, encarando-o como uma dimensão fundamental do trabalho digno e encorajando os governos a reformularem as políticas públicas eficazes para a promoção de um “tempo de trabalho digno” (OIT, 2007, 2017).

Recentemente, o relatório da OIT sobre o Trabalho Digno em Portugal (2008-2018) evidencia as questões relativas ao tempo de trabalho, para o impacto do horário sobre as condições de trabalho. Os dados disponíveis indicam que Portugal estava entre os países da UE com horários de trabalho mais longos, tendo o tempo de trabalho ficado ainda mais longo depois da crise de 2008. A OIT alerta para a importância das questões ligadas ao tempo de trabalho e aos períodos de descanso não apenas em futuras alterações legais, mas sobretudo no domínio das práticas profissionais, tendo em consideração o bem-estar dos trabalhadores e o impacto sobre a vida familiar e pessoal.

Este artigo procura observar a dissonância entre os direitos no trabalho dos atores judiciais em Portugal e o que ocorre na prática, relativo ao tempo de trabalho. Para tal, analisam-se os resultados das entrevistas realizadas no projeto QUALIS, colocando-os em diálogo com os escassos estudos que abordam as condições de trabalho na justiça portuguesa, considerando o enfoque no excesso do volume de trabalho (Ferreira et al., 2014) e as implicações ao nível do trabalho extraordinário. Estudam-se ainda as múltiplas dimensões da queixa apresentada à OIT pelo Sindicato dos Oficiais de Justiça contra o Governo português (2019), por trabalho desempenhado fora do horário de trabalho sem direito a remuneração ou outra compensação.

Estes resultados preliminares parecem confirmar a hipótese de o sistema de queixas da OIT desempenhar uma função simbólica e de legitimação associada ao efeito de constrangimento sobre o Estado alvo de queixa traduzindo-se num importante meio de reivindicação de direitos e um fator de pressão acrescido sobre o Estado, no sentido de reconhecer as reivindicações laborais daqueles atores judiciais.

Palavras-chave: condições de trabalho, tempo de trabalho, atores judiciais



ISBN 978-989-33-0509-6



9 789893 305096